



Concurso Público para provimento de cargos de

**Analista de Controle  
Área Atuarial**

Nome do Candidato \_\_\_\_\_

Caderno de Prova 'F06', Tipo 001

Nº de Inscrição \_\_\_\_\_

MODELO

Nº do Caderno \_\_\_\_\_

MODELO1

Nº do Documento \_\_\_\_\_

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO \_\_\_\_\_

**P R O V A**

**Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos**

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS GERAIS

## Língua Portuguesa

**Atenção:** As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto seguinte.

**Perspectiva de Montesquieu**

O grande pensador francês Montesquieu (1689-1755) é um dos mais importantes intelectuais na história das ciências jurídicas. A grande originalidade de sua obra maior – **O espírito das leis** – consiste na revolução metodológica. O método de Montesquieu comporta dois aspectos inter-relacionados, que podem ser distinguidos com clareza. O primeiro exclui da ciência social toda perspectiva religiosa ou moral; o segundo afasta o autor das teorias abstratas e dedutivas e o dirige para a abordagem descritiva e comparativa dos fatos sociais.

Quanto ao primeiro, constituía um solapamento do finalismo teológico e moral que ainda predominava na época, segundo o qual todo o desenvolvimento histórico do homem estaria subordinado ao cumprimento de desígnios divinos. Montesquieu, ao contrário, reduz as instituições a causas puramente humanas. Segundo ele, introduzir princípios teológicos no domínio da história, como fatores explicativos, é confundir duas ordens distintas de pensamento. Deliberadamente, dispõe-se a permanecer nos estritos domínios dos fenômenos políticos, e jamais abandona tal projeto.

Já nas primeiras páginas do **Espírito das leis** ele adverte o leitor contra um possível mal-entendido no que diz respeito à palavra “virtude”, que emprega amiúde com significado exclusivamente político, e não moral. Para Montesquieu, o correto conhecimento dos fatos humanos só pode ser realizado cientificamente na medida em que eles sejam visados como são e não como deveriam ser. Enquanto não forem abordados como independentes de fins religiosos e morais, jamais poderão ser compreendidos. As ciências humanas deveriam libertar-se da visão finalista, como já haviam feito as ciências naturais, que só progrediram realmente quando se desvencilharam do jugo teológico.

Para o debate moderno das relações que se devem ou não travar entre os âmbitos do direito, da ciência e da religião, Montesquieu continua sendo um provocador de alto nível.

(Adaptado de **Montesquieu – Os Pensadores**. S. Paulo: Abril, 1973)

1. O método original pelo qual Montesquieu se orienta ao escrever **O espírito das leis** tem como primeira característica promover
- (A) uma convergência mais natural entre as bases do pensamento teológico e as das instituições civis.
  - (B) o caráter dedutivo dos estudos jurídicos, a se desenvolverem com base em teses e hipóteses investigativas.
  - (C) a separação radical entre o âmbito dos valores teológicos e morais e o das políticas e ciências humanas.
  - (D) a supressão dos valores éticos morais, em nome de uma exclusiva ordem constitucional anticlerical.
  - (E) o confronto entre as prioridades de um Estado religioso e as de um Estado laico, tendo em vista uma síntese conciliatória.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. Foi a grande importância que Montesquieu atribuía aos estudos de filosofia pura que o levou a compor um tratado como **O espírito das leis**, um monumento dedicado à metafísica do Direito.
  - II. Para Montesquieu, as instituições humanas devem ser vistas como tais, ou seja, criações do homem, devendo por isso ser tratadas como fenômenos políticos, e não como manifestações místicas.
  - III. Montesquieu, em suas reflexões sobre as instituições e as leis, deixava-se orientar pelo pensamento utópico, prefigurando, como homem de imaginação que era, a realização espiritual e ideal dos homens.

Em relação ao texto está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Quanto ao primeiro, constituía um solapamento do finalismo teológico e moral que ainda predominava na época, segundo o qual todo o desenvolvimento histórico do homem estaria subordinado ao cumprimento de desígnios divinos.

Com base no trecho acima, é correto afirmar:

- (A) a palavra *solapamento* está empregada no sentido de **implementação** ou **suprimento**.
- (B) na expressão *segundo o qual*, o elemento sublinhado reporta-se diretamente a *desenvolvimento histórico*.
- (C) a expressão *desígnios divinos* tem sentido oposto ao da expressão *finalismo teológico*.
- (D) o *desenvolvimento histórico do homem* era visto, até então, em função do *finalismo teológico e moral*.
- (E) a expressão *cumprimento de desígnios divinos* deve ser entendida como **extensão da autoridade de Deus**.

4. Está inteiramente clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Montesquieu valeu-se, em **O espírito das leis**, do conceito político de “virtude”, escoimando essa palavra de qualquer ressonância de ordem moral ou religiosa.
- (B) Para que não se confundissem os leitores, Montesquieu advertiu-os que a palavra “virtude” ali empregada não detinha terminologia religiosa, conquanto apenas política.
- (C) Era mister de Montesquieu desconsiderar o desígnio divino, razão pela qual fixou no termo “virtude” o censo de sentido político que a palavra deveria transpirar.
- (D) Em **O espírito das leis**, propunha Montesquieu a tratar das instituições de fato humanas, tendo por isso empregado a palavra “virtude” em sentido material, e não teológico.
- (E) Ao conceito moral de “virtude” opôs-se Montesquieu, preterindo-o uma vez que lhe preferia no sentido político, tendo para isso alertado seus leitores em **O espírito das leis**.



5. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas em:
- (A) Para os leitores de qualquer época seriam úteis reconhecer os dois métodos que regiam Montesquieu em **O espírito das leis**.
- (B) Muito terão a ganhar, sejam quais forem as convicções de uma época, quem se disponha a refletir sobre as ideias de Montesquieu.
- (C) À exceção dos que professam ardentemente uma fé, leitores de Montesquieu haverão sempre, para endossar com ânimo suas teses.
- (D) Segundo Montesquieu, não cabem aos homens preocupar-se com a finalidade religiosa das instituições, mas sim com a finalidade política.
- (E) No século XVIII não se ateu aos princípios morais religiosos quem, como Montesquieu, os preferis-se para priorizar os princípios da política.
- 
6. A oração sublinhada exerce a função de **sujeito** dentro do seguinte período:
- (A) Montesquieu preferiu guiar-se pelos valores civis, em vez de se deixar levar pelo finalismo religioso.
- (B) A um espírito sensível e religioso não convém ler um filósofo como Montesquieu buscando apoio espiritual.
- (C) Um estudo sério da história das ciências jurídicas não pode prescindir dos métodos de que se vale Montesquieu em O espírito das leis.
- (D) As ciências humanas deveriam libertar-se da religião, assim como ocorreu com as ciências naturais.
- (E) O método de Montesquieu valorizou as instituições humanas e solapou o finalismo teológico e moral.
- 
7. Está inteiramente adequada a pontuação do seguinte período:
- (A) No século das Luzes Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar, por um método original composto por dois aspectos inter-relacionados: que serviam a seu propósito condenável para muitos, de ver como excludentes o finalismo religioso e o fenômeno político.
- (B) No século das Luzes, Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar por um método, original, composto por dois aspectos inter-relacionados, que serviam a seu propósito condenável, para muitos, de ver como excludentes, o finalismo religioso e o fenômeno político.
- (C) No século das Luzes, Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar por um método original, composto por dois aspectos inter-relacionados que serviam a seu propósito, condenável para muitos, de ver como excludentes o finalismo religioso e o fenômeno político.
- (D) No século das Luzes Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar por um método original, composto, por dois aspectos inter-relacionados, que serviam a seu propósito condenável para muitos: de ver como excludentes, o finalismo religioso e o fenômeno político.
- (E) No século das Luzes, Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar, por um método original, composto por dois aspectos inter-relacionados, que serviam a seu propósito, condenável, para muitos de ver como excludentes o finalismo religioso, e o fenômeno político.
- 
8. Está INADEQUADA a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) Enquanto não fossem abordados como independentes de fins religiosos e morais, os fatos humanos jamais seriam compreendidos, acreditava Montesquieu.
- (B) Deliberadamente, Montesquieu dispunha-se a permanecer nos estritos domínios dos fenômenos políticos, e jamais abandonaria tal projeto.
- (C) Ele mais de uma vez advertiu o leitor contra um possível mal-entendido no que dizia respeito à palavra “virtude”, que empregava amiúde com significado exclusivamente político.
- (D) O primeiro aspecto do método excluía da perspectiva social todo valor religioso, ao passo que o segundo afastasse o autor das abstrações teóricas.
- (E) Segundo a moral que predomina na época, o desenvolvimento histórico do homem deve subordinar-se ao cumprimento dos desígnios divinos.
- 
- Noções de Direito Constitucional**
9. Henrique decide organizar uma passeata em prol da proteção do meio ambiente. No dia marcado, mais de cem pessoas se reúnem no centro da cidade, munidas de bandeiras e cartazes para expressar suas opiniões sobre a causa a ser defendida. Para que a referida manifestação esteja conforme os ditames constitucionais,
- (A) dependerá de prévia autorização judicial, para que a autoridade competente verifique se a reunião possui fins pacíficos.
- (B) ao final da manifestação, seu organizador deverá prestar contas ao Poder Público e ressarcir eventuais danos causados ao patrimônio público.
- (C) poderá ser realizada em local aberto ao público, desde que a autoridade competente tenha sido previamente avisada sobre o evento.
- (D) estará condicionada à existência prévia de associação que se responsabilize por sua realização e tenha, entre seus fins, a defesa do meio ambiente.
- (E) deverá ser organizada sob a forma de comício, uma vez que a Constituição não autoriza a realização de reuniões móveis.
- 
10. Conforme a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil,
- (A) o Distrito Federal, por sua condição peculiar de capital federal, não possui autonomia e não pode ser dividido em Municípios.
- (B) os Territórios Federais integram os Estados-Membros aos quais pertencem e suas competências são reguladas por lei complementar.
- (C) a República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados-Membros, o Distrito Federal, os Municípios e os Territórios, todos dotados de autonomia.
- (D) os Estados-Membros podem se subdividir, mas não podem se desmembrar para se anexarem a outros Estados-Membros, pois, neste caso, ofenderão o princípio constitucional que proíbe a secessão.
- (E) o Distrito Federal rege-se por lei orgânica e possui competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.



11. A Constituição do Estado do Paraná
- (A) não é dotada de preâmbulo, visto que apenas a Constituição Federal, por ser fruto de um Poder Constituinte Originário, pode conter um dispositivo para a abertura da ordem constitucional.
  - (B) determina que a cidade de Curitiba é a Capital do Estado, a qual somente poderá ser mudada mediante lei complementar e após consulta plebiscitária.
  - (C) prevê a possibilidade de o governador do Estado editar medidas provisórias, em respeito ao princípio da simetria relacionado às regras do processo legislativo estadual.
  - (D) determina que as leis complementares estaduais são aprovadas por maioria simples dos integrantes da Assembleia Legislativa.
  - (E) estabelece que o controle externo das contas públicas estaduais, a cargo do Poder Executivo, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
12. Em relação à nacionalidade, determina a Constituição Federal que
- (A) a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização será declarada, por decisão do Ministério da Justiça, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
  - (B) os cargos de Presidente da Câmara dos Deputados, Ministro do Superior Tribunal de Justiça e de oficial das Forças Armadas são privativos de brasileiro nato.
  - (C) as normas constitucionais não poderão estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados.
  - (D) o brasileiro não perderá a nacionalidade no caso de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.
  - (E) os direitos inerentes aos brasileiros serão atribuídos aos portugueses, independentemente de residirem no Brasil ou no exterior, como reciprocidade aos laços entre Brasil e Portugal durante o período colonial.
13. Sobre a disciplina constitucional dos direitos políticos, é correto afirmar que
- (A) os analfabetos, embora possam exercer o direito de voto, são considerados inelegíveis.
  - (B) o Presidente da República, para concorrer à reeleição, deve renunciar ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.
  - (C) o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo máximo de dez dias contados da posse, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
  - (D) a soberania popular será exercida diretamente por meio de voto, iniciativa popular, referendo, plebiscito, ação popular, participação no júri, bem como por meio de decisão em processo de *impeachment*.
  - (E) a elegibilidade tem como condições a nacionalidade brasileira, o alistamento eleitoral, a filiação partidária e a idade mínima de trinta e cinco anos para o cargo de governador.
14. A Câmara dos Deputados tem competência privativa para
- (A) exercer o controle externo das contas públicas com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
  - (B) julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
  - (C) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
  - (D) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
  - (E) determinar os limites de emissão da moeda bem como o montante da dívida mobiliária federal.
15. Sobre as disposições constitucionais referentes ao processo legislativo ordinário, é correto afirmar que
- (A) o Congresso Nacional não pode rejeitar projeto de lei advindo de iniciativa popular.
  - (B) o Senado Federal é a casa inicial para discutir e votar projetos de lei de iniciativa do Presidente da República.
  - (C) matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto se, quando reproposto, apresentar fundamentação diversa da do projeto original.
  - (D) matéria relacionada à modificação de efetivos das Forças Armadas não pode ser objeto de deliberação legislativa.
  - (E) projeto de lei cujo veto tenha sido derrubado pelo Congresso Nacional será enviado para promulgação ao Presidente da República.
16. Nos termos da Constituição Federal, a competência privativa do Presidente da República poderá ser delegada no caso de
- (A) decretação do estado de defesa, de sítio e intervenção federal.
  - (B) concessão de indulto e comutação de penas.
  - (C) elaboração de decretos e regulamentos para a fiel execução da lei.
  - (D) edição de medidas provisórias com força de lei.
  - (E) celebração de tratados, convenções e atos internacionais.
- Noções de Direito Administrativo**
17. Em contratos administrativos regidos pela Lei nº 8.666/93,
- (A) a alteração qualitativa ou quantitativa do seu objeto, não é admitida em face do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
  - (B) admitem-se acréscimos quantitativos, no limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato, podendo chegar a 50% no caso de reforma de edifício ou equipamento.
  - (C) a supressão de obras, serviços ou compras contratados, não é admitida exceto com a expressa concordância do contratado.
  - (D) a alteração qualitativa, não é admitida mas apenas a quantitativa, para acréscimos ou supressões do objeto contratado, até o limite de 50% do valor inicial atualizado do contrato.
  - (E) a alteração qualitativa é admitida, quando houver modificação do projeto ou das especificações, vedadas alterações quantitativas.



18. De acordo com a legislação que disciplina o processo administrativo (Lei Federal nº 9.784/99), os recursos administrativos
- (A) podem ser interpostos, não apenas por aqueles que forem parte no processo, mas também por aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida.
  - (B) podem ter como titulares de direitos e interesses apenas os que forem parte no processo e as organizações e associações de classe no tocante aos direitos individuais atingidos.
  - (C) tramitam, no máximo, por duas instâncias administrativas, admitindo-se a reconsideração pela autoridade prolatora da decisão, que deve se manifestar no prazo máximo de 10 dias.
  - (D) tramitam, no máximo, por três instâncias administrativas, não cabendo juízo de reconsideração pela autoridade prolatora da decisão.
  - (E) podem ser interpostos apenas em relação às razões de legalidade da decisão, vedada a discussão do mérito administrativo, e exigem o oferecimento de caução, salvo quando dispensada pela autoridade recorrida.
- 
19. Determinada empresa privada, concessionária de serviço público, está sendo acionada por usuários que pleiteiam indenização por prejuízos comprovadamente sofridos em razão de falha na prestação dos serviços. A propósito da pretensão dos usuários, é correto concluir que
- (A) depende de comprovação de dolo ou culpa do agente, eis que as permissionárias e concessionárias de serviço público não estão sujeitas à responsabilização objetiva por danos causados a terceiros na prestação do serviço público.
  - (B) atinge a empresa concessionária, independentemente de comprovação de dolo ou culpa, porém é afastada quando não comprovado o nexo de causalidade, bem como quando comprovada culpa exclusiva da vítima.
  - (C) atinge apenas o concedente do serviço, o qual possui responsabilidade extracontratual de natureza objetiva por danos causados a terceiros na prestação do serviço concedido.
  - (D) atinge a concessionária apenas se comprovada conduta dolosa ou culposa, a qual, uma vez condenada, possui o direito de regresso em face do poder concedente.
  - (E) atinge apenas o concedente do serviço, que somente será condenado em caso de comprovação de dolo ou culpa da empresa concessionária e terá contra a mesma o correspondente direito de regresso.
- 
20. A Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre improbidade administrativa, alcança os
- (A) agentes públicos, desde que com vínculo permanente, mandato ou cargo, nas entidades integrantes da Administração direta ou indireta de todos os Poderes.
  - (B) atos dolosos, exclusivamente, desde que ensejem lesão ao patrimônio público ou violação aos princípios aplicáveis à Administração Pública, praticados por agentes públicos ou por particulares com vínculo com a Administração.
  - (C) agentes públicos e os particulares que induzam ou concorram para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficiem de forma direta ou indireta.
  - (D) atos praticados contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes de todas as esferas da federação, excluídas as entidades privadas que recebam recursos públicos exclusivamente a título de subvenção.
  - (E) atos dolosos ou culposos praticados por agentes públicos ou por particulares com vínculo com a Administração, desde que causem, cumulativamente, lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito.
- 
21. De acordo com legislação que rege licitações e contratos administrativos, são ADEQUADAS as modalidades licitatórias
- (A) leilão para alienação de bens móveis e imóveis avaliados em até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e concorrência para alienação de bens móveis e imóveis acima deste valor.
  - (B) pregão para aquisição de bens de natureza comum e para alienação de bens inservíveis e convite para compras de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
  - (C) concurso para contratação de serviços técnicos especializados e tomada de preços para compras até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).
  - (D) concorrência para concessões e para alienação de imóveis de qualquer valor e pregão para aquisição de bens e serviços comuns.
  - (E) tomada de preços para aquisição de bens de natureza comum e convite para contratação de serviços de natureza comum, em ambos os casos, independentemente do valor estimado.
- 
22. A respeito do controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário, é correto afirmar:
- (A) Em face da presunção de veracidade e de legitimidade, não admitem exame judicial no que diz respeito à motivação.
  - (B) Em face da presunção de legalidade, somente podem ser anulados judicialmente quando comprovada violação de norma de competência ou de forma.
  - (C) Apenas os atos vinculados são passíveis de controle judicial, vedando-se o exame dos aspectos de conveniência, oportunidade e legalidade dos atos discricionários.
  - (D) Todos os aspectos do ato administrativo são passíveis de exame pelo Poder Judiciário, exceto o mérito administrativo dos atos vinculados.
  - (E) Os atos discricionários são passíveis de controle pelo Poder Judiciário, no que diz respeito aos aspectos de legalidade e, quanto ao mérito, podem ser invalidados se constatado desvio de finalidade ou ausência dos motivos determinantes para a sua prática.



23. Inserem-se entre as entidades integrantes da Administração pública indireta, além das empresas públicas, as
- (A) sociedades de economia mista, as fundações públicas e as Organizações Sociais ligadas à Administração por contrato de gestão.
  - (B) autarquias, fundações e sociedades de economia mista, que são pessoas jurídicas de direito público.
  - (C) sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica, que se submetem ao mesmo regime jurídico das empresas privadas e aos princípios aplicáveis à Administração Pública.
  - (D) fundações e autarquias, excluídas as sociedades de economia mista.
  - (E) sociedades de economia mista, exceto as que operam no domínio econômico em regime de competição com as empresas privadas.
- 
24. De acordo com a Lei nº 8.666/93, as exigências relativas à qualificação econômico-financeira dos licitantes
- (A) compreendem a apresentação de balanço e demonstrações contábeis do último exercício social que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a exigência valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.
  - (B) não podem contemplar a apresentação de garantia de execução do contrato, podendo-se, contudo, exigir dos licitantes a apresentação de índices que comprovem a capacidade financeira e faturamento anterior, compatíveis com o objeto da licitação.
  - (C) podem contemplar a exigência de garantia, na forma de caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, limitada a 5% do valor estimado da contratação, vedada a exigência simultânea de índices de rentabilidade.
  - (D) restringem-se à apresentação de certidões negativas de falência e recuperação judicial e relação de compromissos que possam comprometer a capacidade de execução do objeto licitado, vedada a exigência de apresentação de balanço ou balancetes.
  - (E) restringem-se à apresentação de certidões negativas de falência e recuperação judicial e de balanço e demonstrações financeiras do último exercício, admitindo-se a exigência de garantia apenas para objetos de grande vulto e alta complexidade.
- 

#### Raciocínio Lógico

25. Sabe-se que os termos da sequência (8, 9, 12, 13, 15, 16, 19, 20, 22, 23, 26, ...) foram obtidos segundo uma lei de formação. De acordo com essa lei, o 13º termo dessa sequência é um número
- (A) par.
  - (B) primo.
  - (C) divisível por 3.
  - (D) múltiplo de 4.
  - (E) quadrado perfeito.
- 
26. Em um escritório trabalham 10 funcionários: 5 do sexo feminino e 5 do sexo masculino. Dispõe-se de 10 fichas numeradas de 1 a 10, que serão usadas para sortear dois prêmios entre esses funcionários e, para tal, cada mulher receberá uma ficha numerada de 1 a 5, enquanto que cada homem receberá uma numerada de 6 a 10. Se, para o sorteio, as fichas das mulheres forem colocadas em uma urna M e as dos homens em uma urna H, então, ao sortear-se uma ficha de cada urna, a probabilidade de que em pelo menos uma delas esteja marcado um número ímpar é de
- (A) 24%.
  - (B) 38%.
  - (C) 52%.
  - (D) 68%.
  - (E) 76%.
-



27. Considere que as seguintes premissas são verdadeiras:

- I. Se um homem é prudente, então ele é competente.
- II. Se um homem não é prudente, então ele é ignorante.
- III. Se um homem é ignorante, então ele não tem esperanças.
- IV. Se um homem é competente, então ele não é violento.

Para que se obtenha um argumento válido, é correto concluir que se um homem

- (A) não é violento, então ele é prudente.
- (B) não é competente, então ele é violento.
- (C) é violento, então ele não tem esperanças.
- (D) não é prudente, então ele é violento.
- (E) não é violento, então ele não é competente.

28. Quando faziam uma excursão pela Serra do Mar, quatro amigos perderam-se e, tarde da noite, depararam-se com uma ponte de corda que, a cada travessia, só suportava o peso de, no máximo, duas pessoas. Além disso, dada a escuridão que se apresentava no momento, fez-se necessário, a cada travessia, usar o único lampião que dispunham, para que fosse minimizado o risco a que seriam submetidos. Supondo-se que, por travessia, Alice gaste 6 minutos, Bráulio gaste 8 minutos, Canuto gaste 12 minutos e Dalila gaste 15 minutos, então, o menor tempo que seria gasto até que todos atravessassem tal ponte é

- (A) 55 minutos.
- (B) 53 minutos.
- (C) 50 minutos.
- (D) 45 minutos.
- (E) 42 minutos.

#### Controle Externo da Administração Pública

29. Compete ao Tribunal de Contas

- (A) julgar as contas apresentadas pelos órgãos fiscalizadores de categorias profissionais.
- (B) apreciar, para fins de registro, as nomeações para provimento de cargo em comissão.
- (C) sustar, se não atendido, a execução de ato impugnado, comunicando a decisão ao Chefe do Poder Executivo.
- (D) prestar informações solicitadas pelo Poder Legislativo sobre a fiscalização contábil, operacional, financeira, patrimonial, orçamentária e ambiental.
- (E) realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias.

30. Nos termos da Lei Orgânica do TCE/PR, além da apreciação das contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais, o Tribunal de Contas também emite parecer prévio, por solicitação da Assembleia Legislativa, sobre

- (A) o relatório das atividades desenvolvidas pelo próprio Tribunal.
- (B) o cumprimento de metas.
- (C) editais de licitação por ela elaborados.
- (D) a proposta orçamentária.
- (E) convênios entre o Estado e os Municípios.

31. A Constituição Federal estabelece que os Tribunais de Contas estaduais serão integrados por

- (A) três Conselheiros.
- (B) cinco Conselheiros.
- (C) sete Conselheiros.
- (D) nove Conselheiros.
- (E) onze Conselheiros.



32. O Prefeito de um município do Estado do Paraná celebrou termo de parceria com uma entidade assistencial, sem fins lucrativos, para promover aulas a analfabetos. Todavia, a beneficiária negou-se a prestar contas ao TCE/PR, alegando que esse ato estava fora de sua jurisdição. A medida tomada pela entidade pode ser considerada
- (A) correta, uma vez que a competência para fiscalização de despesas relacionadas à educação de analfabetos é do Tribunal de Contas da União.
  - (B) incorreta, uma vez que a jurisdição do TCE/PR abrange qualquer entidade que utilize bens e valores públicos.
  - (C) incorreta, salvo se os valores repassados não excederam a 0,01% do orçamento anual do Município.
  - (D) correta, uma vez que a beneficiária é entidade sem fins lucrativos.
  - (E) correta, uma vez que a beneficiária não é órgão público.
- 
33. Nos termos previstos na Constituição Federal, os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de
- (A) demissão a bem do serviço público.
  - (B) responsabilidade subsidiária.
  - (C) responsabilidade solidária.
  - (D) exoneração.
  - (E) suspensão.
- 
34. A Constituição Federal estabelece que as decisões do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de
- (A) decisão preliminar.
  - (B) título executivo.
  - (C) precatório.
  - (D) sentença normativa.
  - (E) título judicial.
- 
35. A verificação de desvio de finalidade enseja o julgamento
- (A) irregular e a fixação de responsabilidade solidária do agente público que praticou o ato irregular.
  - (B) irregular e a fixação de responsabilidade subsidiária do agente público que praticou o ato irregular.
  - (C) regular, com ressalvas, e a fixação de responsabilidade solidária do agente público que praticou o ato irregular.
  - (D) regular, com ressalvas, e a fixação de responsabilidade subsidiária do agente público que praticou o ato irregular.
  - (E) regular, com ressalvas, e, no caso de dano ao erário, a fixação de responsabilidade solidária do agente público que praticou o ato irregular.
- 
36. A titularidade do controle externo é do
- (A) Poder Executivo, com auxílio do Tribunal de Contas.
  - (B) Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas.
  - (C) Poder Judiciário, com o auxílio do Tribunal de Contas.
  - (D) Tribunal de Contas, com o auxílio do Poder Legislativo.
  - (E) Ministério Público, com o auxílio do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas.
- 
37. A consulta ao TCE/PR poderá ser formulada, dentre outros interessados, por
- (A) qualquer cidadão.
  - (B) partido político.
  - (C) qualquer associação.
  - (D) sindicato.
  - (E) órgão fiscalizador de categoria profissional.





38. Um Prefeito de um Município do Estado do Paraná teve um determinado ato por ele praticado julgado irregular por decisão monocrática do TCE/PR, publicada no diário oficial de 10 de outubro (segunda-feira) de 2011. Não conformado com o decidido, interpôs, no dia 24 do mesmo mês, recurso de revista com pedido de efeitos devolutivo e suspensivo. A medida tomada pelo administrador pode ser considerada
- (A) adequada, todavia somente caberá efeito suspensivo se constatado risco iminente de lesão grave e de difícil reparação.
  - (B) inadequada, uma vez que contra decisões monocráticas cabe recurso de agravo. Todavia, poderá ser recebido, pois não houve indício de má-fe e foi respeitado o prazo do recurso correto.
  - (C) adequada, todavia o recurso de revista só admite efeito devolutivo.
  - (D) inadequada, uma vez que contra decisões monocráticas cabe recurso de agravo e não foi respeitado o prazo do recurso correto, que é de dez dias.
  - (E) inadequada, uma vez que contra decisões monocráticas cabe recurso de revisão e não foi respeitado o prazo do recurso correto, que é de dez dias.

---

#### Auditoria

39. O modelo COSO I é uma ferramenta que permite ao administrador revisar e melhorar seu sistema de controle interno e foi estruturado com base em cinco componentes: ambiente interno ou de controle, avaliação de risco, procedimentos ou atividades de controle, informação e comunicação e monitoramento. O modelo COSO II pode ser considerado mais abrangente, pois possuiu, além desses, mais três componentes. São eles:
- (A) definição de objetivos, identificação de riscos e resposta aos riscos.
  - (B) definição de objetivos, identificação de riscos e circularização de documentos.
  - (C) tabela de evidências, definição de riscos e circularização de documentos.
  - (D) tabela de evidências, resposta de riscos e circularização de documentos.
  - (E) definição de objetivos, tabela de evidências e resposta de riscos.
- 
40. A fase da auditoria em que se determina o momento da realização de cada uma das tarefas é chamada de
- (A) planejamento.
  - (B) análise de risco.
  - (C) estudo de caso.
  - (D) evidenciação.
  - (E) seleção de programa de trabalho.
- 
41. Risco de auditoria pode ser definido como a possibilidade do auditor
- (A) não encontrar os documentos, processos nem demonstrativos necessários à realização dos trabalhos.
  - (B) trabalhar com informações falsas, fraudulentas ou incompletas.
  - (C) ter sua integridade física ameaçada em razão de sua opinião.
  - (D) expressar uma opinião inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorções relevantes.
  - (E) emitir parecer inconcluso pelo tempo de auditoria exíguo estabelecido na fase de planejamento.
- 
42. Sobre os papéis de trabalho é correto afirmar que são
- (A) de propriedade da empresa ou órgão auditado.
  - (B) documentos elaborados pelo auditor na fase que antecede o planejamento da auditoria.
  - (C) o conjunto de formulários que contém os apontamentos obtidos pelo auditor durante o seu exame.
  - (D) as atividades desempenhadas por cada integrante do grupo de auditoria.
  - (E) os documentos, selecionados pelo auditor, que devem ficar arquivados por, pelo menos, dez anos após a emissão do parecer de auditoria.
- 
43. Quando as demonstrações financeiras representam adequadamente a posição patrimonial e financeira, o auditor emite um parecer
- (A) conclusivo.
  - (B) sem especificações.
  - (C) extroverso.
  - (D) finalístico.
  - (E) sem ressalva.
- 
44. Na análise dos demonstrativos contábeis, um auditor deparou-se com valores inconsistentes. Diante desse fato, após a verificação da validade das alternativas, para a execução da auditoria ele adotou o menor valor para os componentes do ativo e o maior para os do passivo. A medida tomada pelo auditor atendeu ao princípio da
- (A) entidade.
  - (B) prudência.
  - (C) razoabilidade.
  - (D) oportunidade.
  - (E) competência.



## Administração Financeira e Orçamentária

45. Considere:

1	Receita Tributária
2	Subvenções Sociais
3	Receita Patrimonial
4	Investimentos
5	Operações de Crédito
6	Inversões Financeiras
7	Alienações de Bens
8	Subvenções Econômicas
9	Amortização de Empréstimos
10	Amortização da Dívida Pública

Com base no quadro acima, podem ser classificados como receita e despesa de capital, respectivamente, os itens

- (A) 1 e 2.
- (B) 4 e 5.
- (C) 3 e 8.
- (D) 6 e 7.
- (E) 9 e 10.

46. O regime de adiantamento

- (A) pode ser aplicado a qualquer tipo de despesa.
- (B) é exceção à regra do prévio empenho.
- (C) pode ser feito a servidor em alcance, desde que este ainda não tenha sido condenado judicialmente.
- (D) é vedada sua concessão a servidor já responsável por dois adiantamentos.
- (E) é proibida sua concessão a servidor ocupante de cargo em comissão em razão de sua natureza precária.

47. O ato da repartição competente que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta é

- (A) o lançamento da receita.
- (B) a inscrição em dívida ativa.
- (C) o pagamento.
- (D) o empenho.
- (E) a liquidação.

48. Os anexos de metas e riscos fiscais integram

- (A) a Lei Orçamentária Anual.
- (B) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) o Plano Plurianual.
- (D) o Balanço Orçamentário.
- (E) a Demonstração de Variações Patrimoniais.

49. No dia 30 de janeiro do penúltimo ano de mandato, o prefeito de um município do Estado do Paraná realizou operação de crédito por antecipação da receita orçamentária para atender insuficiência de caixa, obrigação que foi liquidada em 15 de dezembro do mesmo ano. Nesse caso,

- (A) houve ilegalidade, uma vez que não é possível contratar esse tipo de operação de crédito nos dois últimos anos de mandato do Prefeito Municipal.
- (B) não houve ilegalidade, eis que respeitado o prazo limite para contratação desse tipo de operação de crédito, que é somente a partir do décimo dia do início do exercício.
- (C) houve ilegalidade, pois a liquidação deveria ter ocorrido até o dia 10 de dezembro do ano da contratação.
- (D) houve ilegalidade, uma vez que a operação de crédito foi contratada para atender insuficiência de caixa, hipótese que configura planejamento inadequado.
- (E) não houve ilegalidade, eis que ocorreu a liquidação total do débito.

50. Ao final de um determinado bimestre, a Prefeitura de um Município do Estado do Paraná verificou a possibilidade da realização de receitas não comportar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal. Diante desse fato, a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê como medida obrigatória

- (A) realizar limitação de empenho e movimentação financeira.
- (B) fazer reestruturação administrativa.
- (C) suspender a execução dos contratos em vigor por trinta dias, salvo aqueles referentes a serviços essenciais.
- (D) revogar certames licitatórios que ainda não geraram contratos.
- (E) cancelar os concursos para admissão de pessoal que ainda não tenham sido homologados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Atenção: As questões de números 51 a 60 referem-se a Matemática Financeira.

51. Uma pessoa aplica 25% de seu capital a juros simples, durante 15 meses, a uma taxa de 9,6% ao ano. O restante do capital aplica também a juros simples, durante 16 meses, a uma taxa de 12% ao ano. Se a soma dos montantes destas duas aplicações é igual a R\$ 57.500,00, então o montante de maior valor supera o de menor em
- (A) R\$ 28.750,00.  
(B) R\$ 29.125,00.  
(C) R\$ 29.500,00.  
(D) R\$ 30.000,00.  
(E) R\$ 32.500,00.
- 
52. Um título é descontado 3 meses antes de seu vencimento. Na mesma data, outro título de valor nominal igual ao dobro do valor do primeiro título é descontado 4 meses antes de seu vencimento. Considerando para as duas operações uma taxa de desconto de 24% ao ano e a utilização do desconto comercial simples, verifica-se que a soma dos respectivos valores atuais é igual a R\$ 50.040,00. O valor atual do título de maior valor nominal é igual a
- (A) R\$ 33.120,00.  
(B) R\$ 33.360,00.  
(C) R\$ 33.840,00.  
(D) R\$ 34.200,00.  
(E) R\$ 34.560,00.
- 
53. Um capital é aplicado, durante dois anos, a juros compostos e o valor dos juros foi igual a R\$ 3.052,80. Se a taxa de juros é de 12% ao ano, então o montante correspondente desta aplicação, no final do período, é igual a
- (A) R\$ 19.052,80.  
(B) R\$ 18.052,80.  
(C) R\$ 15.552,80.  
(D) R\$ 15.052,80.  
(E) R\$ 14.552,80.
- 
54. A taxa efetiva trimestral correspondente à taxa de juros nominal de 27% ao ano, com capitalização mensal, pode ser calculada pela expressão
- (A)  $\left(1 + \frac{27}{1200}\right)^3 - 1$ .  
(B)  $\left(\sqrt[12]{1,27} - 1\right)^3$ .  
(C)  $\left(\sqrt[12]{1,27}\right)^3 - 1$ .  
(D)  $\left(\frac{127}{1200}\right)^3 - 1$ .  
(E)  $\left(\sqrt[4]{1,27} - 1\right)$ .
- 
55. O valor do desconto de um título de valor nominal igual a R\$ 15.961,25, resgatado 2 anos antes de seu vencimento e segundo o critério do desconto composto real, é igual a R\$ 3.461,25. A taxa anual de desconto utilizada foi de
- (A) 11%.  
(B) 13%.  
(C) 14%.  
(D) 15%.  
(E) 16%.



56. A dívida referente a um empréstimo, realizada na data de hoje, deverá ser liquidada por meio de duas prestações. A primeira prestação, no valor de R\$ 26.010,00, vence daqui a 2 meses e a segunda, no valor de R\$ 21.224,16, vence daqui a 3 meses. O devedor propõe quitar a dívida de uma única vez daqui a 1 mês. Utilizando o critério do desconto composto real com uma taxa de 2% ao mês, tem-se que o valor desta prestação única deverá ser de
- (A) R\$ 45.000,00.  
(B) R\$ 45.200,00.  
(C) R\$ 45.500,00.  
(D) R\$ 45.750,00.  
(E) R\$ 45.900,00.

57. Um empréstimo no valor de R\$ 26.000,00 é concedido para ser pago em 28 prestações mensais, iguais e consecutivas, a uma taxa de juros compostos de 2,5% ao mês. A primeira prestação vence 1 mês após a concessão do empréstimo e considerou-se o Sistema de Amortização Francês (Tabela Price). Se o Fator de Recuperação de Capital utilizado para obtenção do valor das prestações foi **0,050**, então os valores dos juros e da amortização correspondentes à segunda prestação são, respectivamente,
- (A) R\$ 650,00 e R\$ 650,00.  
(B) R\$ 633,75 e R\$ 666,25.  
(C) R\$ 520,00 e R\$ 780,00.  
(D) R\$ 504,40 e R\$ 795,60.  
(E) R\$ 502,35 e R\$ 797,65.

58. Um banco concede um financiamento de R\$ 150.000,00 para a compra de um imóvel. Este financiamento deverá ser liquidado em 60 prestações mensais e consecutivas, vencendo a primeira prestação 1 mês após a data em que foi concedido o financiamento. As prestações foram calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Constante (SAC) a uma taxa de juros de 2% ao mês. O total dos juros correspondentes as 5 primeiras prestações é igual a
- (A) R\$ 12.500,00.  
(B) R\$ 13.000,00.  
(C) R\$ 13.500,00.  
(D) R\$ 14.000,00.  
(E) R\$ 14.500,00.

59. Uma empresa realiza um investimento em projeto que apresenta o fluxo de caixa abaixo:

Ano	Fluxo de Caixa (R\$)
0	- D
1	28.000,00
2	40.768,00

Se a taxa mínima de atratividade é de 12% ao ano (capitalização anual) e o valor presente líquido é igual a R\$ 12.000,00, então o desembolso inicial (D) apresenta o valor de

- (A) R\$ 40.250,00.  
(B) R\$ 42.500,00.  
(C) R\$ 45.500,00.  
(D) R\$ 47.500,00.  
(E) R\$ 48.000,00.
60. O índice de lucratividade de um projeto de investimento, com a característica de ter havido somente um desembolso na data inicial e os retornos positivos nos anos posteriores, é igual a 1,60. O percentual que o desembolso representa do valor presente dos respectivos retornos é igual a
- (A) 37,5%.  
(B) 48,5%.  
(C) 60,0%.  
(D) 62,5%.  
(E) 75,0%.



Atenção: As questões de números 61 a 70 referem-se a Estatística.

61. Uma urna contém 3 bolas brancas, 4 pretas e 3 amarelas. Desta urna, três bolas são selecionadas ao acaso e com reposição. A probabilidade de que, entre as 3 selecionadas, no máximo duas sejam pretas é
- (A) 0,976.  
(B) 0,936.  
(C) 0,875.  
(D) 0,784.  
(E) 0,652.

62. Suponha que o número de acidentes que ocorrem em uma estrada segue uma distribuição de Poisson com média de 1 acidente a cada 200 km. A probabilidade de que em 500 km ocorra no máximo 1 acidente é
- (A) 0,405.  
(B) 0,352.  
(C) 0,316.  
(D) 0,287.  
(E) 0,254.
- Dados:  
 $e^{-1} = 0,368$   
 $e^{-2,5} = 0,082$

63. Em uma fábrica existem 3 máquinas A, B e C que produzem diariamente 10.000 peças. Sabe-se que A, B e C produzem, respectivamente, 2000, 5000 e 3000 peças. Da produção de A, B e C, respectivamente, 5%, 10% e 20% são defeituosas. Seleciona-se uma peça ao acaso e verifica-se que é defeituosa. A probabilidade de ela ser proveniente da máquina C é
- (A) 0,20.  
(B) 0,25.  
(C) 0,30.  
(D) 0,40.  
(E) 0,50.

64. O tempo de vida, X, em horas, de lâmpadas de certa fabricação tem distribuição exponencial com média de 8000 horas. O tempo de vida mediano dessas lâmpadas é, em horas, igual a
- (A) 7328.  
(B) 7120.  
(C) 5830.  
(D) 5544.  
(E) 5250.
- Dados:  
 $\ln(0,4) = -0,916$  e  
 $\ln(0,5) = -0,693$

65. A função de distribuição acumulada da variável aleatória X é dada por:

$$F(x) = \begin{cases} 0, & \text{se } x \leq 0 \\ x^2, & \text{se } 0 < x < 1 \\ 1, & \text{se } x \geq 1 \end{cases}$$

O valor da diferença entre a média de X e o quadrado da mediana de X é

- (A) 1.  
(B)  $\frac{2}{3}$ .  
(C)  $\frac{1}{2}$ .  
(D)  $\frac{1}{3}$ .  
(E)  $\frac{1}{6}$ .



66. Sabe-se que a variável aleatória  $X$  tem distribuição uniforme contínua no intervalo  $[10, \beta]$ ,  $\beta > 10$ . Sabendo-se que a variância de  $X$  é igual a 3, o valor de  $K$  tal que  $P(X > K) = 0,3$  é
- (A) 14,2.
  - (B) 13,8.
  - (C) 13,5.
  - (D) 13,1.
  - (E) 12,8.

**Atenção:** Para resolver às questões de 67 a 70, considere as seguintes informações:

Se  $Z$  tem distribuição normal padrão, então:

$$P(Z < 1) = 0,841; \quad P(Z < 1,64) = 0,95; \quad P(Z < 1,88) = 0,970; \quad P(Z < 2) = 0,977; \quad P(Z < 2,5) = 0,994$$

Se  $t$  tem distribuição de *student* com 24 graus de liberdade então  $P(t < 1,71) = 0,95$

67. O tempo,  $X$ , que um indivíduo leva para memorizar determinado material é uma variável aleatória normal com média  $\mu$  minutos e desvio padrão de 7 minutos. Um psicólogo interessado em estimar  $\mu$ , selecionou uma amostra de  $n$  indivíduos, selecionados ao

acaso, e observou o valor da estatística  $\bar{X}_n = \frac{\sum_{i=1}^n X_i}{n}$ , onde  $X_i$  = tempo de memorização do  $i$ -ésimo indivíduo da amostra.

Desejando-se que o valor observado para  $\bar{X}_n$  não difira de  $\mu$  por mais de 1 minuto com probabilidade de 0,954, o valor de  $n$  deverá ser

- (A) 200.
  - (B) 196.
  - (C) 169.
  - (D) 144.
  - (E) 100.
68. Duas amostras independentes: a primeira de tamanho 7, extraída de uma população normal com média  $M$  e variância 21; a segunda de tamanho 4, extraída de uma população normal com média  $N$  e variância 24, forneceram médias amostrais dadas respectivamente por 15,8 e 8,3.

Desejando-se testar a hipótese  $H_0 : M = N$  contra  $H_1 : M > N$ , o nível descritivo do teste é dado por

- (A) 0,6%.
- (B) 0,8%.
- (C) 1%.
- (D) 2%.
- (E) 5%.

69. Uma variável aleatória,  $X$ , tem distribuição normal com  $\sigma = 4$ . Se há uma probabilidade de 0,97 de  $X$  ser inferior a 87,52, a probabilidade de  $X$  assumir um valor superior a 76 é

- (A) 0,705.
- (B) 0,800.
- (C) 0,841.
- (D) 0,856.
- (E) 0,865.



70. O peso de recém-nascidas do sexo feminino numa comunidade tem distribuição normal com desvio padrão desconhecido. Uma amostra de 25 recém-nascidos indicou um peso médio de 3,60 kg e desvio padrão amostral igual a 1 kg. Os limites de confiança de um intervalo de confiança de 90% para  $\mu$  são
- (A)  $3,6 \pm 0,328$
- (B)  $3,6 \pm 0,335$
- (C)  $3,6 \pm 0,342$
- (D)  $3,6 \pm 0,356$
- (E)  $3,6 \pm 0,379$

### Matemática Atuarial

**Atenção:** As questões de números 71 a 85 referem-se a Matemática Atuarial.

71. Considere a tabela a seguir:

$x$	$l_x$	$p_x$	$q_x$	$d_x$
0	10.000	0,9929	0,0071	71
1	9.929	0,9983	0,0017	17
2	9.912	0,9985	0,0015	15
3	9.897	0,9985	0,0015	15
4	9.882	0,9986	0,0014	14
5	9.868	0,9987	0,0013	13
6	9.855	0,9987	0,0013	13
7	9.842	0,9988	0,0012	12
8	9.830	0,9988	0,0012	12
9	9.818	0,9988	0,0012	12
10	9.806	0,9988	0,0012	12
11	9.794	0,9988	0,0012	12
12	9.782	0,9988	0,0012	12
13	9.770	0,9987	0,0013	13
14	9.757	0,9986	0,0014	14
15	9.743			
16	9.729			
17	9.714			
18	9.698	0,9984	0,0016	16
19	9.682	0,9982	0,0018	17
20	9.665	0,9982	0,0018	17

Os  $p_x$ ,  $q_x$  e  $d_x$  faltantes nas tabelas são, respectivamente:

- (A) (0,9986 0,9987 0,9988); (0,0014 0,0013 0,0012) e (14 13 12)
- (B) (0,9982 0,9980 0,9978); (0,0018 0,0020 0,0022) e (18 20 22)
- (C) (0,9986 0,9985 0,9984); (0,0014 0,0015 0,0016) e (14 15 16)
- (D) (0,9984 0,9984 0,9984); (0,0016 0,0016 0,0016) e (16 16 16)
- (E) (0,9986 0,9986 0,9986); (0,0014 0,0014 0,0014) e (14 14 14)
72. A equação utilizada em uma avaliação atuarial para identificar o custo de um plano em percentual da folha de pagamento pelo sistema agregado é composta pelo valor atual
- (A) dos benefícios futuros dividido pela quantidade de servidores.
- (B) dos salários futuros dividido pelo valor atual dos benefícios futuros.
- (C) das contribuições futuras dividido pelo valor atual dos benefícios futuros.
- (D) dos benefícios futuros dividido pelo valor atual dos salários futuros.
- (E) dos salários futuros, apenas.



73. Considere os dados a seguir:

$$\frac{T_x}{I_x}$$

Sendo:

$$T_x = \sum_{h=0}^{\infty} L_{x+h} \text{ ou } \frac{1}{2}I_x + \sum_{h=0}^{\infty} I_{x+1+h} \text{ ou } \frac{1}{2}I_x + \sum_{h=1}^{\infty} I_{x+h}$$

$I_x$  – número de pessoas vivas com idade “x”.

A fórmula expressa a

- (A) quantidade de pessoas vivas em um certo período.
- (B) expectativa de vida de uma pessoa de idade “x”.
- (C) quantidade de óbitos no ano seguinte.
- (D) probabilidade de uma pessoa de idade “x” sobreviver a idade “x+n”, vindo a falecer no decurso do ano seguinte.
- (E) identificação da última idade da tábua de mortalidade.

74. Em uma Entidade de Previdência Complementar, um participante com 59 anos de idade pretende se aposentar e o plano prevê uma renda anual vitalícia antecipada, calculada atuarialmente, com base no saldo de recursos existente em seu nome no plano. Sabe-se que a entidade utiliza a AT 2000, com uma taxa de juros de 4% a.a..

**Dados: Tábua AT 2000 + 4% a.a.**

x	$I_x$	$D_x$	$N_x$	$S_x$	$C_x$	$M_x$	$R_x$
59	924.505	91.399,13	1.441.330,63	17.287.942,66	526,25	35.963,83	776.437,67
60	918.969	87.357,53	1.349.931,50	15.846.612,02	539,94	35.437,58	740.473,84
61	913.062	83.457,69	1.262.573,97	14.496.680,52	556,36	34.897,64	705.036,26
62	906.731	79.691,42	1.179.116,28	13.234.106,55	576,23	34.341,28	670.138,62
63	899.913	76.050,14	1.099.424,86	12.054.990,27	600,14	33.765,05	635.797,34
64	892.527	72.524,99	1.023.374,72	10.955.565,42	628,18	33.164,92	602.032,28
65	884.487	69.107,39	950.849,73	9.932.190,69	660,51	32.536,74	568.867,37
66	875.695	65.788,91	881.742,34	8.891.340,97	696,86	31.876,23	536.330,63
67	866.049	62.561,71	815.953,43	8.099.598,63	736,96	31.179,37	504.454,40
68	855.439	59.418,52	753.391,72	7.283.645,20	780,27	30.442,41	473.275,02
69	843.756	56.352,93	693.973,19	6.530.253,48	825,41	29.662,14	442.832,61
70	830.903	53.360,10	637.620,26	5.836.280,29	871,15	28.836,73	413.170,47
71	816.795	50.436,63	584.260,16	5.198.660,03	916,15	27.965,58	384.333,74
72	801.365	47.580,61	533.823,53	4.614.399,86	959,25	27.049,43	356.368,16

O fator atuarial anual a ser utilizado no cálculo da renda anual do participante, ou seja, o total de recursos que será dividido por um fator atuarialmente calculado para se encontrar a renda é

- (A) 15,45112
- (B) 8,02384
- (C) 20,29104
- (D) 13,45781
- (E) 15,76963





75. Em um plano de benefícios de previdência complementar, um participante informa que aos 60 anos de idade irá se aposentar e pretende ter um benefício anual de R\$ 120.000,00. Sabe-se que o Plano dele é um CV que oferece rendas anuais vitalícias (antecipada) e a entidade utiliza AT 2000, com taxa de juros de 4% a.a.

**Dados: Tábua AT 2000 + 4% a.a.**

x	$I_x$	$D_x$	$N_x$
55	943.447	109.114,90	1.850.413,52
56	939.170	104.442,48	1.741.298,62
57	934.590	99.935,78	1.636.856,15
58	929.704	95.589,73	1.536.920,36
59	924.505	91.399,13	1.441.330,63
60	919.969	87.357,53	1.349.931,50
61	913.062	83.457,69	1.262.573,97
62	906.731	79.691,42	1.179.116,28
63	899.913	76.050,14	1.099.424,86
64	892.527	72.524,99	1.023.374,72
65	884.487	69.107,39	950.849,73
66	875.695	65.788,91	881.742,34
67	866.049	62.561,71	815.953,43
68	855.439	59.418,52	753.391,72
69	843.756	56.352,93	693.973,19
70	830.903	53.360,10	637.620,26
71	816.795	50.436,63	584.260,16
72	801.365	47.580,61	533.823,53
73	784.563	44.791,34	486.242,92
74	766.354	42.069,01	441.451,58
75	746.702	39.413,65	399.382,57

Para isso, a importância que o participante deverá ter em conta é

- (A) R\$ 1.537.556,00  
 (B) R\$ 1.630.825,00  
 (C) R\$ 1.854.354,00  
 (D) R\$ 887.128,00  
 (E) R\$ 2.350.123,00
76. Um plano de benefícios de previdência complementar emprestará R\$ 300.000,00 a um participante, mas como o valor é alto ele precisa de um seguro de quitação por morte, pois caso ele venha a falecer o saldo devedor do empréstimo será quitado. Sabe-se que o participante tem 45 anos de idade, o período de pagamento do empréstimo é de 15 anos. Considere a tabela de comutações, com a taxa de juros de 5% ao ano.

**Dados: BRM**

Idade	$D_x$	$N_x$	$M_x$
40	13674,169652	238298,596845	2326,613187
41	12997,179931	224624,427193	2300,774401
42	12352,112157	211627,247262	2274,619958
43	11737,412190	199275,135105	2248,115807
44	11151,609693	187537,722915	2221,237701
45	10593,424312	176386,113222	2194,081352
46	10061,204406	165792,688911	2166,310223
47	9553,833654	155731,484505	2138,044443
48	9070,046562	146177,650850	2109,201811
49	8608,656003	137107,604288	2079,718231
50	8168,634717	128498,948286	2049,632945
51	7748,840128	120330,313569	2018,820961
52	7348,367393	112581,473442	1987,340614
53	6966,128627	105233,106049	1955,024105
54	6601,334821	98266,977422	1921,950710
55	6252,958996	91665,642600	1887,924162
56	5920,320042	85412,683604	1853,045160
57	5602,579033	79492,363562	1817,224153
58	5298,959257	73889,784529	1780,393854
59	5008,853198	68590,825272	1742,619189
60	4731,523124	63581,972074	1703,805934
61	4466,290294	58850,448950	1663,883729
62	4212,626601	54384,158656	1622,900525
63	3969,941475	50171,532055	1580,816667
64	3737,689668	46201,590580	1537,609691
65	3515,367012	42463,900912	1493,272258

O valor do seguro, a ser pago à vista, é

- (A) R\$ 12.871,22  
 (B) R\$ 16.799,35  
 (C) R\$ 12.892,21  
 (D) R\$ 14.555,12  
 (E) R\$ 13.884,33



77. Um participante com 25 anos de idade pretende se aposentar no momento exato em que completar os 65 anos de idade, com uma renda mensal vitalícia (antecipada). O plano dele na fase de atividade é um CD (Contribuição Definida) e ele pretende fazer depósitos anuais de R\$ 10.000,00, já a partir dos 25 anos (antecipado), e um depósito na sua conta de R\$ 500.000,00 na data da sua aposentadoria.

Para o benefício vitalício o plano utiliza a Tábua AT 2000 + 4% a.a. de juros:

x	$I_x$	$D_x$	$N_x$	$S_x$	$C_x$	$M_x$	$R_x$
23	988.845	401.200,64	9.232.641,69	180.388.567,19	218,35	46.099,53	2.294.665,41
24	988.286	385.551,50	8.831.441,04	171.155.925,50	219,47	45.881,18	2.248.565,88
25	987.701	370.503,13	8.445.889,54	162.324.484,46	219,45	45.661,72	2.202.684,70
62	906.731	79.691,42	1.179.116,28	13.234.106,55	576,23	34.341,28	670.138,62
63	899.913	76.050,14	1.099.424,86	12.054.990,27	600,14	33.765,05	635.797,34
64	892.527	72.524,99	1.023.374,72	10.955.565,42	628,18	33.164,92	602.032,28
65	884.487	69.107,39	950.849,73	9.932.190,69	660,51	32.536,74	568.867,37
66	875.695	65.788,91	881.742,34	8.981.340,97	696,86	31.876,23	536.330,63

Sabendo-se que, no período de atividade o plano dele tem conotação de uma poupança (enfoque apenas financeiro aos depósitos efetuados), com rendimentos de 6% ao ano, o benefício anual e antecipado (enfoque atuarial) que ele deverá receber a partir dos 65 anos é

- (A) R\$ 167.761,90  
 (B) R\$ 119.229,22  
 (C) R\$ 128.573,92  
 (D) R\$ 155.569,03  
 (E) R\$ 207.229,22

78. Considere:

$$N_{30} = \dots + N_{32}$$

$$M_{25} = \dots + C_{26} + M_{27}$$

$$M_{30} = \dots \times D_{30} + M_{31}$$

Para que fiquem corretas, as lacunas das equações devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- (A)  $N_{31}$ ;  $C_{25}$ ;  $C_{30}$   
 (B)  $D_{30} + D_{31}$ ;  $C_{25}$ ;  $v \cdot q_x$   
 (C)  $M_{31}$ ;  $C_{25} + C_{26}$ ;  $C_{30}$   
 (D)  $D_{30} + C_{30}$ ;  $M_{26}$ ;  $v^x \cdot q_x$   
 (E)  $N_{31}$ ;  $C_{25}$ ;  $p_x$

79. Uma Entidade de Previdência propôs a uma pessoa de 60 anos o seguinte Plano:

Durante os 10 (dez) primeiros anos, enquanto estiver vivo, receberá R\$ 60.000,00, no final de cada ano, e, a partir dos 70 anos, receberá R\$ 50.000,00, também no final de cada ano.

Dados: Tábua AT 2000 + 4% a.a.

x	$I_x$	$D_x$	$N_x$	$S_x$	$C_x$	$M_x$	$R_x$
59	924.505	91.399,13	1.441.330,63	17.287.942,66	526,25	35.963,83	776.437,67
60	918.969	87.357,53	1.349.931,50	15.846.612,02	539,94	35.437,58	740.473,84
61	913.062	83.457,69	1.262.573,97	14.496.680,52	556,36	34.897,64	705.036,26
62	906.731	79.691,42	1.179.116,28	13.234.106,55	576,23	34.341,28	670.138,62
63	899.913	76.050,14	1.099.424,86	12.054.990,27	600,14	33.765,05	635.797,34
64	892.527	72.524,99	1.023.374,72	10.955.565,42	628,18	33.164,92	602.032,28
65	884.487	69.107,39	950.849,73	9.932.190,69	660,51	32.536,74	568.867,37
66	875.695	65.788,91	881.742,34	8.981.340,97	696,86	31.876,23	536.330,63
67	866.049	62.561,71	815.953,43	8.099.598,63	736,96	31.179,37	504.454,40
68	855.439	59.418,52	753.391,72	7.283.645,20	780,27	30.442,41	473.275,02
69	843.756	56.352,93	693.973,19	6.530.253,48	825,41	29.662,14	442.832,61
70	830.903	53.360,10	637.620,26	5.836.280,29	871,15	28.836,73	413.170,47
71	816.795	50.436,63	584.260,16	5.198.660,03	916,15	27.965,58	384.333,74
72	801.365	47.580,61	533.823,53	4.614.399,86	959,25	27.049,43	356.368,16

Sabendo-se que a entidade utiliza a base probabilística de sobrevivência conforme a AT 2000, ambos os sexos, e uma taxa de juros de 4% a.a., a contribuição única pura é

- (A) R\$ 510.913,00  
 (B) R\$ 615.834,00  
 (C) R\$ 700.501,00  
 (D) R\$ 800.295,46  
 (E) R\$ 904.616,00



80. Uma empresa foi sentenciada a pagar à viúva de um ex-funcionário os honorários que ele vinha recebendo. Sabe-se que o último salário anual era de R\$ 2,5 milhões e que a evolução salarial anual era 1% (crescimento salarial). Atualmente, a viúva está com 62 anos de idade e esses pagamentos serão mantidos enquanto a viúva viver (antecipado).

**Dados: Tábua AT 2000 + 4% a.a.**

x	I <sub>x</sub>	D <sub>x</sub>	N <sub>x</sub>	S <sub>x</sub>	C <sub>x</sub>	M <sub>x</sub>	R <sub>x</sub>
55	943.447	109.114,90	1.850.413,52	24.053.431,31	475,70	37.945,64	925.311,42
56	939.170	104.442,48	1.741.298,62	22.203.017,79	489,67	37.469,94	887.365,78
57	934.590	99.935,78	1.636.856,15	20.461.719,16	502,37	36.980,27	849.895,84
58	929.704	95.589,73	1.536.920,36	18.824.863,02	514,07	36.477,90	812.915,57
59	924.505	91.399,13	1.441.330,63	17.287.942,66	526,25	35.963,83	776.437,67
60	918.969	87.357,53	1.349.931,50	15.846.612,02	539,94	35.437,58	740.473,84
61	913.062	83.457,69	1.262.573,97	14.496.680,52	556,36	34.897,64	705.036,26
62	906.731	79.691,42	1.179.116,28	13.234.106,55	576,23	34.341,28	670.138,62
63	899.913	76.050,14	1.099.424,86	12.054.990,27	600,14	33.765,05	635.797,34
64	892.527	72.524,99	1.023.374,72	10.955.565,42	628,18	33.164,92	602.032,28
65	884.487	69.107,39	950.849,73	9.932.190,69	660,51	32.536,74	568.867,37
66	875.695	65.788,91	881.742,34	8.981.340,97	696,86	31.876,23	536.330,63
67	866.049	62.561,71	815.953,43	8.099.598,63	736,96	31.179,37	504.454,40
68	855.439	59.418,52	753.391,72	7.283.645,20	780,27	30.442,41	473.275,02
69	843.756	56.352,93	693.973,19	6.530.253,48	825,41	29.662,14	442.832,61
70	830.903	53.360,10	637.620,26	5.836.280,29	871,15	28.836,73	413.170,47
71	816.795	50.436,63	584.260,16	5.198.660,03	916,15	27.965,58	384.333,74
72	801.365	47.580,61	533.823,53	4.614.399,86	959,25	27.049,43	356.368,16

O valor que a empresa deverá lançar em seu exigível é

- (A) R\$ 38.525.292,00
- (B) R\$ 26.357.412,00
- (C) R\$ 59.197.619,00
- (D) R\$ 40.771.835,00
- (E) R\$ 80.985.614,00

81. Um participante com 30 anos de idade terá um salário anual de R\$ 60.000,00 até a data da aposentadoria, que se dará ao completar os 60 anos de idade, e pretende ter, a partir daí, um benefício (antecipado) de 80% desse salário. Sabe-se que a entidade utiliza AT 2000, ambos os sexos, e uma taxa de juros de 4% a.a.

**Dados: Tábua AT 2000 + 4% a.a.**

Idade	I <sub>x</sub>	D <sub>x</sub>	N <sub>x</sub>
28	985.811,45727	328.745,91193	7.377.231,64096
29	985.146,03454	315.888,46965	7.048.485,72903
30	984.469,23921	303.530,24449	6.732.597,25937
31	983.786,01756	291.653,45625	6.429.067,01488
32	983.098,35113	280.239,99085	6.137.413,55863
33	982.410,18229	269.272,90660	5.857.173,56777
34	981.721,51275	258.734,75605	5.587.900,66117
35	981.032,34425	248.608,77332	5.329.165,90513
36	980.341,69748	238.878,60840	5.080.557,13181
37	979.636,83180	229.525,82181	4.841.678,52341
38	978.903,08381	220.532,60286	4.612.152,70160
51	957.677,34104	129.574,31087	2.337.107,37038
52	954.537,11704	124.182,15068	2.207.533,05951
53	951.123,69231	118.978,91856	2.083.350,90884
54	947.429,52789	113.958,46581	1.964.371,99027
55	943.447,48158	109.114,90229	1.850.413,52446
56	939.169,89070	104.442,47627	1.741.298,62217
57	934.590,49832	99.935,78342	1.636.856,14590
58	929.704,45919	95.589,72995	1.536.920,36249
59	924.504,62215	91.399,13133	1.441.330,63254
60	918.968,68847	87.357,53205	1.349.931,50121
61	913.061,55774	83.457,69023	1.262.573,96916
62	906.731,30196	79.691,42121	1.179.116,27893
63	899.912,68257	76.050,13627	1.099.424,85772
64	892.527,09919	72.524,99308	1.023.374,72144
65	884.487,21508	69.107,39225	950.849,72836

Calculando atuarialmente, a contribuição (antecipada) sobre esse salário, em percentual, que deverá garantir o benefício é

- (A) 12,33%
- (B) 20,06%
- (C) 35,00%
- (D) 22,33%
- (E) 18,28%



82. Em um plano de benefício de Contribuição Variável, um participante com 55 anos de idade acumulou um saldo em sua conta de R\$ 850.000,00 e pretende ter um benefício vitalício a partir desse momento (antecipado). Sabe-se que a entidade utiliza AT 2000 e uma taxa de juros de 4% a.a.

**Dados: Tábua AT 2000 + 4% a.a.**

x	$l_x$	$D_x$	$N_x$	$S_x$	$C_x$	$M_x$	$R_x$
55	943.447	109.114,90	1.850.413,52	24.053.431,31	475,70	37.945,64	925.311,42
56	939.170	104.442,48	1.741.298,62	22.203.017,79	489,67	37.469,94	887.365,78
57	934.590	99.935,78	1.636.856,15	20.461.719,16	502,37	36.980,27	849.895,84
58	929.704	95.589,73	1.536.920,36	18.824.863,02	514,07	36.477,90	812.915,57
59	924.505	91.399,13	1.441.330,63	17.287.942,66	526,25	35.963,83	776.437,67
60	918.969	87.357,53	1.349.931,50	15.846.612,02	539,94	35.437,58	740.473,84
61	913.062	83.457,69	1.262.573,97	14.496.680,52	556,36	34.897,64	705.036,26
62	906.731	79.691,42	1.179.116,28	13.234.106,55	576,23	34.341,28	670.138,62
63	899.913	76.050,14	1.099.424,86	12.054.990,27	600,14	33.765,05	635.797,34
64	892.527	72.524,99	1.023.374,72	10.955.565,42	628,18	33.164,92	602.032,28
65	884.487	69.107,39	950.849,73	9.932.190,69	660,51	32.536,74	568.867,37
66	875.695	65.788,91	881.742,34	8.981.340,97	696,86	31.876,23	536.330,63
67	866.049	62.561,71	815.953,43	8.099.598,63	736,96	31.179,37	504.454,40
68	855.439	59.418,52	753.391,72	7.283.645,20	780,27	30.442,41	473.275,02
69	843.756	56.352,93	693.973,19	6.530.253,48	825,41	29.662,14	442.832,61
70	830.903	53.360,10	637.620,26	5.836.280,29	871,15	28.836,73	413.170,47
71	816.795	50.436,63	584.260,16	5.198.660,03	916,15	27.965,58	384.333,74
72	801.365	47.580,61	533.823,53	4.614.399,86	959,25	27.049,43	356.368,16
73	784.563	44.791,34	486.242,92	4.080.576,33	999,58	26.090,17	329.318,73
74	766.354	42.069,01	441.451,58	3.594.333,42	1.037,32	25.090,60	303.228,56
75	746.702	39.413,65	399.382,57	3.152.881,83	1.072,66	24.053,27	278.137,96

O benefício, em reais, calculado atuarialmente, a ser proposto para o participante é

- (A) R\$ 80.257,00
  - (B) R\$ 10.253,00
  - (C) R\$ 48.869,00
  - (D) R\$ 60.123,00
  - (E) R\$ 50.123,00
83. Uma empresa tem um grupo de 243 empregados com a seguinte composição: 85 empregados com 51 anos de idade, 60 empregados com 53 anos de idade, 45 empregados com 55 anos de idade, 30 empregados com 58 anos de idade, 20 empregados com 60 anos de idade e 3 empregados com 66 anos de idade.

**Dados: Tábua CSO-58**

x	$l_x$	$p_x$	$q_x$	$d_x$	x	$l_x$	$p_x$	$q_x$	$d_x$
50	8.762	0,9917	0,0083	73	76	3.827	0,9208	0,0792	303
51	8.689	0,9909	0,0091	79	77	3.524	0,9143	0,0857	302
52	8.610	0,9900	0,0100	86	78	3.222	0,9069	0,0931	300
53	8.524	0,9892	0,0108	92	79	2.922	0,8987	0,1013	296
54	8.432	0,9880	0,0120	101	80	2.626	0,8903	0,1097	288
55	8.331	0,9870	0,0130	108	81	2.338	0,8807	0,1193	279
56	8.223	0,9858	0,0142	117	82	2.059	0,8708	0,1292	266
57	8.106	0,9845	0,0155	126	83	1.793	0,8606	0,1394	250
58	7.980	0,9831	0,0169	135	84	1.543	0,8496	0,1504	232
59	7.845	0,9814	0,0186	146	85	1.311	0,8391	0,1609	211
60	7.699	0,9796	0,0204	157	86	1.100	0,8273	0,1727	190
61	7.542	0,9777	0,0223	168	87	910	0,8143	0,1857	169
62	7.374	0,9757	0,0243	179	88	741	0,8016	0,1984	147
63	7.195	0,9735	0,0265	191	89	594	0,7879	0,2121	126
64	7.004	0,9710	0,0290	203	90	468	0,7714	0,2286	107
65	6.801	0,9682	0,0318	216	91	361	0,7562	0,2438	88
66	6.585	0,9652	0,0348	229	92	273	0,7326	0,2674	73
67	6.356	0,9619	0,0381	242	93	200	0,7100	0,2900	58
68	6.114	0,9583	0,0417	255	94	142	0,6831	0,3169	45
69	5.859	0,9544	0,0456	267	95	97	0,6495	0,3505	34
70	5.592	0,9503	0,0497	278	96	63	0,6032	0,3968	25
71	5.314	0,9458	0,0542	288	97	38	0,5000	0,5000	19
72	5.026	0,9413	0,0587	295	98	19	0,3158	0,6842	13
73	4.731	0,9368	0,0632	299	99	6	0,0000	1,0000	6
74	4.432	0,9319	0,0681	302	100	0	0,0000	0,0000	0
75	4.130	0,9266	0,0734	303					

Para um benefício de pecúlio por morte, por repartição simples, quantos óbitos prováveis teriam no ano seguinte?

- (A) 03
- (B) 10
- (C) 24
- (D) 45
- (E) 08



84. Uma Entidade de previdência complementar oferece um plano de benefício de Contribuição Variável. Um participante com 58 anos de idade optou por receber seu benefício em 5 anos (postecipada), com rendas anuais. Sabe-se que o saldo em sua conta é de R\$ 1.255.000,00 e que a entidade utiliza AT 2000, ambos os sexos, e uma taxa de juros de 4% a.a.

Dados: Tábua AT 2000 + 4% a.a.

Idade	$I_x$	$D_x$	$N_x$
55	943.447,48158	109.114,90229	1.850.413,52446
56	939.169,89070	104.442,47627	1.741.298,62217
57	934.590,49832	99.935,78342	1.636.856,14590
58	929.704,45919	95.589,72995	1.536.920,36249
59	924.504,62215	91.399,13133	1.441.330,63254
60	918.968,68847	87.357,53205	1.349.931,50121
61	913.061,55774	83.457,69023	1.262.573,96916
62	906.731,30196	79.691,42121	1.179.116,27893
63	899.912,68257	76.050,13627	1.099.424,85772
64	892.527,09919	72.524,99308	1.023.374,72144
65	884.487,21508	69.107,39225	950.849,72836
66	875.695,41216	65.788,90844	881.742,33611
67	866.048,75150	62.561,70944	815.853,42767
68	855.438,78824	59.418,52494	753.391,71823
69	843.756,06071	56.352,92899	693.973,19328
70	830.903,12464	53.360,10079	637.620,26429
71	816.795,22049	50.436,63427	584.260,16350
72	801.365,14198	47.580,61136	533.823,52923
73	784.562,91905	44.791,33527	486.242,91788
74	766.353,99826	42.069,01266	441.451,58261
75	746.701,61633	39.413,64894	399.382,56995

O benefício, em reais, calculado atuarialmente, a ser proposto para o participante é

- (A) R\$ 50.256,00
- (B) R\$ 310.825,00
- (C) R\$ 188.879,00
- (D) R\$ 287.028,00
- (E) R\$ 250.123,00

85. Dois participantes de idades 20 e 50 anos, com iguais salários anuais de R\$ 60.000,00, irão entrar em um plano de previdência e pagarão uma contribuição média para um benefício vitalício de 70% de seus salários, a partir da idade 55 anos (antecipada). Sabe-se que a entidade utiliza AT 2000 e uma taxa de juros de 6% a.a.

Dados: Tábua AT – 2000 (MASC) Tx. jrs. a.a. = 6,00%

x	$I_x$	$D_x$	$N_x$	$e_x$	x	$I_x$	$D_x$	$N_x$	$e_x$
0	1.000.000,0000	1.000.000,0000	17.332.833,4180	81,30	29	985.146,0345	181.815,3393	3.008.765,4136	82,31
1	997.920,0000	941.433,9623	16.332.833,4180	81,47	30	984.469,2392	171.406,0681	2.826.950,0742	82,35
2	997.106,6952	887.421,4090	15.391.399,4558	81,53	31	983.786,0176	161.591,6154	2.655.544,0061	82,38
3	996.654,0088	836.809,9243	14.503.978,0467	81,57	32	983.098,3511	152.338,3612	2.493.952,3907	82,42
4	996.288,2367	789.153,5991	13.667.168,1225	81,60	33	982.410,1823	143.614,8343	2.341.614,0296	82,46
5	995.968,4282	744.245,5479	12.878.014,5234	81,62	34	981.721,5127	135.390,7172	2.197.999,1953	82,49
6	...995.678,6014	701.914,1249	12.133.768,9755	81,64	35	981.032,3442	127.637,4273	2.062.608,4781	82,52
7	...995.409,7682	662.004,3473	11.431.854,8505	81,67	36	980.341,6975	120.327,8968	1.934.971,0508	82,56
8	...995.153,9479	624.371,8983	10.769.850,5032	81,68	37	979.636,8318	113.435,2651	1.814.643,1540	82,59
9	...994.861,3726	588.856,9179	10.145.478,6050	81,71	38	978.903,0838	106.934,2472	1.701.207,8889	82,62
10	...994.538,0427	555.344,8485	9.556.621,6871	81,73	39	978.123,8770	100.801,0638	1.594.273,6417	82,66
11	...994.189,9543	523.726,8658	9.001.276,8386	81,75	40	977.278,7779	95.013,1808	1.493.472,5779	82,70
12	...993.821,1099	493.898,6445	8.477.549,9728	81,78	41	976.347,4312	89.549,6540	1.398.459,3971	82,74
13	...993.435,5073	465.761,3319	7.983.651,3283	81,81	42	975.307,6212	84.390,8336	1.308.909,7431	82,78
14	...993.036,1462	439.220,8451	7.517.889,9964	81,83	43	974.136,2768	79.518,3775	1.224.518,9095	82,83
15	...992.625,0292	414.187,7431	7.078.669,1513	81,86	44	972.809,5032	74.915,1637	1.145.000,5320	82,88
16	...992.203,1636	390.577,0880	6.664.481,4082	81,89	45	971.304,5669	70.565,3490	1.070.085,3683	82,94
17	...991.769,5708	368.307,9301	6.273.904,3201	81,92	46	969.602,8413	66.454,4514	999.520,0193	83,01
18	...991.324,2663	347.304,3017	5.905.596,3901	81,95	47	967.688,8453	62.569,1230	933.065,5679	83,08
19	...990.865,2832	327.493,8677	5.558.292,0884	81,98	48	965.549,2852	58.896,9647	870.496,4449	83,16
20	...990.389,6678	308.808,1799	5.230.798,2206	82,01	49	963.174,0340	55.426,4889	811.599,4802	83,24
21	...989.895,4634	291.183,0987	4.921.990,0408	82,04	50	960.553,2374	52.146,8617	756.172,9913	83,34
22	...989.381,7076	274.558,4667	4.630.806,9421	82,07	51	957.677,3410	49.047,8623	704.026,1296	83,43
23	...988.845,4627	258.877,0339	4.356.248,4754	82,10	52	954.537,1170	46.119,8437	654.978,2673	83,54
24	...988.285,7762	244.085,3863	4.097.371,4415	82,14	53	951.123,6923	43.353,6973	608.858,4236	83,65
25	...987.700,7110	230.132,9130	3.853.286,0551	82,17	54	947.429,5279	40.740,8599	565.504,7263	83,77
26	...987.092,2874	216.972,7841	3.623.153,1421	82,20	55	943.447,4816	38.273,2322	524.763,8664	83,89
27	...986.461,5354	204.560,5080	3.406.180,3580	82,24	56	939.169,8907	35.943,1145	486.490,6342	84,02
28	...985.811,4573	192.854,4364	3.201.619,8500	82,28	57	934.590,4983	33.743,2602	450.547,5198	84,16

Calculado atuarialmente, o custo de cada participante e o custo médio que irão pagar (em % do salário) são, respectivamente,

- (A) 7,81%; 158,74% e 41,84%
- (B) 14,91%; 208,29% e 52,27%
- (C) 4,51%; 24,33% e 12,09%
- (D) 2,00%; 16,61% e 8,07%
- (E) 27,11%; 580,25% e 102,07%

**Legislação Específica para Regimes Próprios**

**Atenção:** As questões de números 86 a 100 referem-se a Legislação Específica para Regimes Próprios.

86. Os Entes começam a estudar planos de benefícios da previdência complementar voltados para os novos servidores. A partir da sua implantação,
- (A) os servidores terão uma grande melhoria em suas aposentadorias, pois além daquelas hoje oferecidas terão um benefício adicional totalmente financiado pelo Ente.
  - (B) os planos de benefícios da previdência complementar irão substituir integralmente os do RPPS, mas o custeio será paritário.
  - (C) a previdência complementar será apenas para cobertura dos benefícios de riscos e os benefícios programados devem continuar com o RPPS.
  - (D) a previdência complementar será obrigatória para todos os servidores, tanto os que já estão nos quadros dos Entes como para os novos.
  - (E) os servidores terão seus benefícios no RPPS limitados àqueles do RGPS e para manutenção de valores acima desse limite devem optar pela previdência complementar.
- 
87. Considerando a legislação dos RPPS, é correto afirmar:
- (A) Cada Poder (Judiciário, Legislativo e Executivo) terá seu RPPS, pois existem remunerações diferentes que acabam justificando essa segregação.
  - (B) É vedada a existência de mais de um RPPS para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada Ente estatal.
  - (C) A legislação separou os Entes por quantidade de servidores e os maiores poderão ter mais de um RPPS com vários gestores para facilitar a administração.
  - (D) A existência de vários gestores será permitida apenas à União, desde que não ultrapasse um por Estado.
  - (E) A União e os Estados, exclusivamente, poderão ter vários gestores.
- 
88. Quanto às contribuições dos servidores aposentados e pensionistas, a Emenda Constitucional nº 41, de 2003, estabelece que
- (A) os aposentados e pensionistas estão isentos de contribuições previdenciárias.
  - (B) poderão existir contribuições para os aposentados e pensionistas, desde que sejam escalonadas por faixa etária.
  - (C) os aposentados e pensionistas dos RPPS pagarão contribuições apenas sobre a parte do benefício acima do limite máximo estabelecido para os benefícios RGPS, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.
  - (D) os critérios para desconto de contribuições para os aposentados serão os mesmos adotado pelos Fundos de Pensão.
  - (E) apenas os pensionistas estão isentos de contribuições.
- 
89. Segundo a legislação previdenciária (Portaria MPS nº 403, de 2008), os dados cadastrais
- (A) não precisam ser atualizados anualmente, pois as características do servidor se mantêm ao longo dos anos.
  - (B) devem ser revistos apenas quando da elaboração de avaliação atuarial, pois são processados de 5 em 5 anos.
  - (C) do Executivo serão atualizados anualmente, mas a mesma exigência não vale para outros poderes.
  - (D) dos aposentados e pensionistas, exclusivamente, precisam ser atualizados todos os anos.
  - (E) utilizáveis nas reavaliações atuariais, e os respectivos DRAA, deverão estar posicionados entre os meses de julho a dezembro do exercício anterior ao da exigência de sua apresentação.
- 
90. A legislação previdenciária vigente prevê que
- (A) os Entes não são obrigados a manter um RPPS, pois podem aderir ao RGPS.
  - (B) os Entes com regimes previdenciários altamente deficitários devem ter seus RPPS, já que o RGPS analisa a situação do Plano de Benefícios antes de aceitá-lo.
  - (C) os Municípios com menos de mil servidores devem aderir ao RGPS.
  - (D) apenas e tão somente Municípios sem dívidas com a RGPS podem aderir ao RGPS.
  - (E) a União é responsável pela adesão dos Entes ao RGPS.



91. Para Planos de Benefícios em situação deficitária deve ser apresentado um plano de equacionamento
- (A) em um prazo máximo de 35 anos e poderão ser aceitos imóveis para sua amortização.
  - (B) em prazos escolhidos pelos Entes entre 30 e 75 anos e somente poderão ser aceitos títulos federais para sua amortização.
  - (C) sem prazo definido, pois o equacionamento dar-se-á ao longo dos anos, ou seja, até a extinção da massa de participantes, com proibição de utilização de imóveis para a amortização.
  - (D) apenas e tão somente para *déficits* acentuados; os prazos serão limitados a 30 anos e poderão ser aceitos imóveis para sua amortização.
  - (E) flexível e não poderão ser aceitos imóveis para sua amortização.
- 
92. Em relação à instituição do RPPS pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal é correto afirmar:
- (A) Há obrigatoriedade instituí-lo, em qualquer parte do Território Nacional que existir funcionário público vinculado à União, ao Município, ao Estado e ao DF.
  - (B) A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal não são obrigados a instituí-los, existe apenas a possibilidade constitucional de se criar os Regimes Próprios.
  - (C) Apenas a União e os Estados têm obrigatoriedade de instituí-lo, sendo que os Municípios podem optar pelo RGPS.
  - (D) Tem obrigatoriedade de instituí-lo apenas os Municípios ou Estados com mais de 500.000 (quinhentos mil ) habitantes.
  - (E) A União e os Estados podem instituí-lo somente por determinação e aprovação do Ministério da Previdência Social, fundamentado em laudos atuariais.
- 
93. Os recursos acumulados pelos Planos de Benefícios nos Regimes Próprios de Previdência Social
- (A) devem ser aplicados apenas em papéis do Governo Federal, com opções no mercado imobiliário, conforme determina o CMN – Conselho Monetário Nacional.
  - (B) devem ser aplicados conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional, podendo até 35% (trinta e cinco por cento) ser destinados a papéis em títulos públicos emitidos pelo próprio Ente.
  - (C) devem ser aplicados conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional, com vedação à aplicação de recursos em títulos públicos, com exceção de títulos do Governo Federal.
  - (D) podem adotar exatamente as mesmas regras das Seguradoras.
  - (E) devem constituir Comitês de Investimentos, que por sua vez irão definir as aplicações, com vedação à aplicação de recursos na Bolsa de Valores.
- 
94. A Portaria MPS nº 403, de 2008, determina, em seu artigo 4º, os regimes de financiamento mínimo que poderão ser adotados nos RPPS para a observância do equilíbrio financeiro e atuarial e prevê:
- (A) Para as aposentadorias programadas pode ser adotado o Regime Financeiro de Capitalização, e para os servidores próximos à aposentadoria será adotado apenas o Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura.
  - (B) O Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura será utilizado apenas para as Aposentadorias por Tempo de Contribuição.
  - (C) O Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura será utilizado como mínimo aplicável para o financiamento dos benefícios de risco de pensão por morte.
  - (D) O Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura será utilizado como mínimo aplicável para o financiamento dos benefícios de auxílio-doença, salário-maternidade, auxílio-reclusão e salário-família.
  - (E) O Regime Financeiro de Repartição Simples poderá ser utilizado como mínimo aplicável para o financiamento dos benefícios de aposentadoria, desde que esses benefícios tenham valores abaixo da metade do teto do salário de contribuição do RGPS.
- 
95. Os Regimes Próprios de Previdência Social
- (A) poderão oferecer, além das aposentadorias, benefícios de auxílio alimentação e vale transporte no sentido de manter o poder aquisitivo do servidor.
  - (B) deverão custear apenas as Pensões por Morte do Servidor, deixando os demais benefícios sob responsabilidade do RGPS.
  - (C) deverão prever benefícios antecipados de pecúlios por invalidez, desde que não ultrapassem o teto do salário de contribuição da RGPS.
  - (D) deverão ter flexibilidade total na definição dos benefícios que irão oferecer aos servidores.
  - (E) não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social.



96. Os servidores de uma Prefeitura Municipal têm um plano de saúde de uma seguradora e o Prefeito optou por transferir esse plano para o Instituto de Previdência que administra os benefícios previdenciários do RPPS. Nesse caso,
- (A) o Instituto deverá cobrar no mínimo 2% das contribuições arrecadadas desse plano, pois irá administrá-lo, contudo, se as despesas forem maiores, deverá cobrá-las da própria Prefeitura.
  - (B) os servidores deverão custear as despesas com o Plano de Saúde, mas, para ajudá-los, o regulamento deverá ser alterado para permitir a entrada de seus dependentes.
  - (C) a legislação proíbe que os RPPS administrem planos de saúde, assim o Instituto não poderá oferecer esse produto aos servidores.
  - (D) o Instituto não poderá administrar o Plano de Saúde, salvo se houver uma alteração na Lei Municipal colocando esse benefício no rol dos benefícios previdenciários, posto que se refere à saúde dos servidores.
  - (E) para oferecer esse plano aos servidores, ele deverá estar previsto no orçamento, assim, só para o ano seguinte será possível implementá-lo.
- 
97. O servidor que tenha completado as exigências para aposentadoria, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória. Nesse caso,
- (A) o pagamento do abono de permanência é de responsabilidade do Ente federativo.
  - (B) a legislação prevê que os RPPS devem incluir esse abono entre seus benefícios previdenciários antes de efetuar o seu pagamento.
  - (C) o Instituto não poderá pagar abonos, salvo se cobrar dos próprios servidores, e, nessa hipótese, deverá incluí-lo na legislação.
  - (D) o ente deverá oferecer esse abono sempre que o participante requisitar e efetuar o pagamento a partir do mês seguinte ao da solicitação.
  - (E) a fonte de custeio desse abono não poderá ultrapassar 2% das contribuições previdenciária, e o abono será pago apenas para servidores que já estão em gozo de benefícios.
- 
98. A Lei Complementar nº 108/2001, voltada à Previdência Complementar, entre outros pontos, trata da estrutura organizacional das Entidades Fechadas de Previdência Privada, assim, pode-se afirmar que o Conselho Deliberativo é órgão
- (A) máximo da estrutura organizacional e é responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios.
  - (B) responsável pela administração da entidade, em conformidade com a política de administração traçada pela Diretoria-Executiva.
  - (C) de controle interno operacional da entidade.
  - (D) responsável pela administração da entidade, em conformidade com a política de administração traçada pelo Conselho-Fiscal.
  - (E) abaixo do Conselho-Fiscal e da Diretoria-Executiva e é responsável pela execução das decisões tomadas pela Diretoria Executiva.
- 
99. A legislação dos RPPS, a exemplo dos Fundos de Pensão, impõe um limite para as despesas administrativas. Esse limite é de
- (A) 1% das aplicações financeiras ou 9% das contribuições arrecadadas.
  - (B) 15% das contribuições arrecadadas.
  - (C) 2% do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao exercício financeiro anterior.
  - (D) 1% das aplicações financeiras ou 9% do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao exercício financeiro anterior.
  - (E) 20% do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativos ao exercício financeiro anterior, desde que aprovado em orçamento.
- 
100. Os planos de benefícios da previdência complementar dos servidores deverão ter uma modelagem de acordo com o previsto na legislação. Essa modelagem consiste em
- (A) planos de benefícios definidos, com oferecimento obrigatório do benefício complementar de Auxílio Doença.
  - (B) planos de benefícios com características de Contribuição Definida.
  - (C) estabelecer que os benefícios de riscos serão proibidos e os benefícios programados devem ter características de Benefícios Definidos.
  - (D) um plano de Benefício Definido (BD) ou de uma Contribuição Definida (CD), desde que a contribuição do Ente não ultrapasse o dobro das contribuições dos servidores.
  - (E) contratar, preferencialmente, Entidades Abertas de Previdência Complementar, para estruturar a modelagem e gerir fundos.